

# Declaração de Guimarães

Guimarães, 28 de junho de 2017

## Declaração de Guimarães

A 27 e 28 de junho de 2017, decorreu o V Congresso Português de Alimentação e Autarquias durante o qual foi apresentado um diagnóstico da situação alimentar e nutricional em Portugal e os contributos que as autarquias podem dar para a melhoria da saúde e bem-estar dos cidadãos. Em concreto, foram apresentados casos de estudo que definem diferentes abordagens regionais e permitem caracterizar boas práticas em diferentes contextos.

Este conhecimento é fundamental para o desenvolvimento do país e não pode ser perdido, existindo a necessidade de o inventariar e disseminar por outras regiões que beneficiariam dele. Nesse sentido, produz-se este texto síntese, onde se sublinham as principais conclusões do Congresso e se sugerem linhas de ação para o futuro. A cada congresso, de dois em dois anos, será feita uma atualização desta Declaração e uma avaliação da sua efetividade.

Assim, e tendo em conta que:

› A saúde dos portugueses é condicionada por um conjunto de doenças e situações de saúde que podemos considerar crónicas (obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemias, doença cerebrovascular, cancro, doenças osteoarticulares...), representando mais de 70% dos gastos em saúde do estado português e atingindo a maior parte das famílias portuguesas. A carga da doença (DALY, 2015) é atribuída em 86% às doenças crónicas.

› As doenças crónicas e o estado de saúde das populações são um forte obstáculo ao crescimento e desenvolvimento de uma comunidade pelo impacto na força de trabalho, no orçamento familiar, na mobilidade ou até na gestão do tempo familiar. Todas estas doenças podem ser, em grande parte, prevenidas pela adoção de estilos de vida mais saudáveis. A alimentação inadequada é a principal responsável pelo total de anos de vida saudável perdidos pelos portugueses (16%).

› As medidas para modificar estilos de vida, a adotar pela maioria da população, não podem ser aplicadas individualmente e necessitam de intervenções públicas para modificar, de forma substancial, o meio ambiente onde as pessoas vivem.

› As intervenções para modificar o espaço onde as pessoas vivem necessitam de um pensamento e ação integrados, onde se mistura o planeamento urbano, a rede de transportes, o ambiente, a educação e a rede escolar, a saúde, a ação social, a cadeia alimentar e todas as áreas que influenciam conhecimentos, atitudes e comportamentos dos cidadãos.

› As autarquias e o poder local reúnem um conjunto de capacidades e competências para realizar intervenções de sucesso capazes de modificar os estilos de vida do cidadão. Intervenções de sucesso numa área (comportamentos alimentares), onde até hoje tem existido, uma incapacidade de fazer a mudança.

Para serem capazes de fazer esta mudança, as autarquias necessitam de reforçar as suas capacidades de intervenção, competências e criar linhas de intervenção.

Sugere-se que:

**1.** As autarquias aumentem a sua capacidade para fazer ou obter um diagnóstico estandardizado da situação nutricional e alimentar das suas populações, eventualmente em parceria com outras instituições e criem mecanismos de troca efetiva desta informação com outras regiões.

**2.** As autarquias criem mecanismos para integrar a informação nutricional e alimentar da região com outras informações relevantes, de outras áreas, que determinam comportamentos alimentares, nomeadamente o mapeamento do sistema alimentar na região, os sistemas de apoio alimentar a famílias desfavorecidas e sua qualidade, a oferta escolar, a qualificação dos recursos humanos nestas áreas ou os obstáculos a práticas alimentares saudáveis, por exemplo.

**3.** As autarquias criem estruturas com a capacidade de (depois de sistematizada a informação adequada) propor uma estratégia integrada e multisetorial de intervenção na área alimentar e nutricional, com profissionais de diferentes valências (nutricionistas, assistentes sociais, médicos, psicólogos, arquitetos, educadores, professores, etc). E com um calendário, metas e modelos de monitorização.

**4.** As intervenções para melhorar os hábitos alimentares das populações, devam incentivar a disponibilidade física e económica de alimentos saudáveis e criar as condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias, tendo em conta a cultura local, as desigualdades sociais e económicas, a sustentabilidade ambiental e o envolvimento de todos os atores relevantes do sistema alimentar.

**5.** As autarquias criem um sistema de comunicação das suas atividades nesta área, incentivando a transparência e o aumento dos conhecimentos da população, independentemente do seu grau de literacia. Sendo a intervenção autárquica, a nível alimentar e nutricional, um processo relativamente recente, a sua divulgação e o envolvimento dos munícipes e partes interessadas neste processo deve merecer uma estratégia de comunicação própria e integrada.

Guimarães, 28 de junho de 2017

Os signatários (Rede Nacional de Nutricionistas Municipais - Associação Portuguesa dos Nutricionistas):

Pedro Graça

Célia Craveiro

Ana Mendes de Almeida

Ana Patrícia Filipe

Bárbara Camarinha

Margarida Liz

Marta Sampaio

Orquídea Ferreira

Sérgio Monteiro

Tânia Correia